



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA  
PÚBLICA N.º           , DE 23 DE SETEMBRO DE 2024**

**CRENCIAMENTO DE INSTITUIÇÃO  
FINANCEIRA OFICIAL, VISANDO À PRESTAÇÃO  
DE SERVIÇOS DE CAPTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO  
DE DEPÓSITOS JUDICIAIS**

O Ministro **LELIO BENTES CORRÊA**, Presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), nos termos do artigo 21 da Lei nº 14.133/2021, convoca audiência pública presencial com o objetivo de colher contribuições das instituições financeiras oficiais, bem como dos demais interessados, acerca da proposta de Edital de Credenciamento de instituições financeiras oficiais, cujo objeto constitui a prestação de serviços de captação e administração de depósitos judiciais até o seu normal levantamento, nos termos constantes do anexo deste Edital.

## **1. OBJETO**

1.1. Este Edital de Convocação estabelece diretrizes e procedimentos para a realização de audiência pública destinada a colher contribuições das instituições financeiras oficiais potencialmente interessadas, bem como dos demais interessados no objeto do credenciamento.

1.2. Os interessados em participar da audiência pública deverão se manifestar, prioritariamente,

sobre os seguintes temas:

a) funcionalidade que permita o recebimento dos mandados de pagamentos eletrônicos (alvará de levantamento, ordem de transferência e pix) por meio da integração via Webservice; e

b) integração via Webservice entre os sistemas do CSJT e da instituição financeira;

## **2. PÚBLICO ALVO**

Instituições financeiras em que a União, Estados ou o Distrito Federal possuam mais da metade do capital social integralizado e demais interessados que representem órgãos ou instituições cujo objeto de atuação se relacionem com os termos da proposta de Edital de Credenciamento.

## **3. REALIZAÇÃO**

3.1. A audiência pública será realizada no dia **7 de outubro de 2024, das 10 horas às 18 horas**, no **Auditório Ministro Walmir Oliveira da Costa no Tribunal Superior do Trabalho**, no endereço: SAFS Qd. 8 Conjunto B, 1º Andar .

3.2. A audiência pública será presidida pelo Secretário-Geral do CSJT, e contará com o apoio das unidades do CSJT.

3.3. A programação definitiva da audiência pública, assim como a relação de inscritos habilitados, estarão disponíveis no portal do CSJT em **3 de outubro de 2024, no link: <https://www.csjt.jus.br/web/csjt/consultas-publicas>**.

3.4. A audiência ocorrerá exclusivamente na modalidade presencial.

## **4. INSCRIÇÃO E PARTICIPAÇÃO**

4.1. Os interessados em participar da audiência pública deverão requerer sua inscrição até o dia **4 de outubro de 2024**, exclusivamente pelo formulário

específico disponível no portal do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

4.2. No ato de requerimento de inscrição, os interessados deverão indicar os dados do expositor e da instituição representada, além de apresentar informações que demonstrem a pertinência temática da matéria com suas finalidades institucionais, e a indicação do tema específico ao qual a contribuição se refere.

4.3. O requerimento de inscrição será apreciado com a observância de critérios de especialização técnica, pluralidade de opiniões e pontos de vista.

4.4. Não será deferida a manifestação de inscritos cuja participação não tenha sido previamente confirmada ou que não estejam presentes no auditório no horário e data estabelecidos.

4.5. O tempo para apresentação das considerações será de até 15 (quinze) minutos, por expositor habilitado.

4.6. Não haverá custeio do deslocamento ou o pagamento de ajuda de custo para os inscritos.

4.7. Os interessados poderão requerer sua inscrição para participação como ouvinte na modalidade presencial em formulário disponível no portal do CSJT até 4 de outubro de 2024.

4.8. Não serão aceitas inscrições após o prazo previsto no item 4.1.

4.9. Cada interessado poderá indicar apenas um expositor para a audiência, devendo os demais cadastrados serem realizados como ouvintes, na forma prevista no 4.7.

## **5. CONSIDERAÇÕES ESCRITAS**

5.1. Os inscritos habilitados poderão apresentar suas considerações por escrito em arquivo eletrônico em formato PDF, observados os seguintes requisitos: a) redigido em fonte Arial ou Times New Roman, tamanho 12, com espaçamento de 1,5 ponto entre linhas, margens esquerda e superior de 3cm e direita e inferior de 2 cm; b) indicação do título do documento, o nome completo do expositor e, se aplicável, o nome do órgão, entidade ou instituição que representa, com o respectivo endereço eletrônico para contato; c) limitação a 10 páginas, incluídas

as referências bibliográficas; e d) autorização expressa do representante legal ou competente do órgão, entidade ou instituição que subscrever a manifestação.

5.2. As considerações escritas deverão ser encaminhadas ao e-mail [consultapublica@csjt.jus.br](mailto:consultapublica@csjt.jus.br) até o dia do evento, sob pena de desconsideração da contribuição.

5.3. Não serão aceitos documentos físicos ou eletrônicos fora da hipótese prevista no item 5.2.

5.3. As contribuições apresentadas durante a audiência pública subsidiarão o relatório final do Grupo de Trabalho para estudos sobre as diretrizes de contratação de serviços de administração de depósitos judiciais.

## **6. DISPOSIÇÕES FINAIS**

6.1. Eventuais mudanças na programação serão comunicadas com antecedência aos participantes por meio dos canais de comunicação oficiais do Conselho.

6.2. Dúvidas, solicitações ou informações adicionais sobre a audiência pública poderão ser encaminhadas para a comissão organizadora por meio do endereço eletrônico [consultapublica@csjt.jus.br](mailto:consultapublica@csjt.jus.br).

6.3. Os casos omissos serão dirimidos pelo Presidente da audiência pública.

## **LELIO BENTES CORRÊA**

Presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho



Documento assinado eletronicamente por **LELIO BENTES CORRÊA, PRESIDENTE**, em 23/09/2024, às 17:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no inciso I do art. 4º da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tst.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tst.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0856897** e o código CRC **F77928C0**.

---

6019019/2024-00

0856897v5